

**“OU FICAR A PÁTRIA SALVA OU MORRER PELO BRASIL”: O USO DO
PATRIOTISMO PELOS PRESBITERIANOS NO ALVORECER DA
REPÚBLICA (1893-1903)**

Sergio Tuguio Ladeira Kitagawa

UERJ/FFP e Seminário Presbiteriano Rev. Ashbel Green Simonton-RJ

sergiokita@gmail.com

Introdução: “Ou ficar a pátria salva ou morrer pelo Brasil”¹

Talvez o leitor deste texto já tenha ouvido a expressão “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” – lema da campanha de Jair Bolsonaro a presidência da república, em 2018; ou ainda esta outra “Deus, pátria e família” – lema do Integralismo de Plínio Salgado. Não é a primeira vez na história e provavelmente não será a última em que invocações de amor à pátria são utilizadas para sensibilizar e mobilizar grupos criando senso de pertença e adesão.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar um panorama do discurso protestante nos anos que se seguiram a Proclamação da República no Brasil, especificamente no caso presbiteriano no que se refere ao uso de uma linguagem patriótica associada a estratégia missionária. Trata-se de uma parte dos resultados produzidos pela pesquisa que deu origem a dissertação: “*Ou Ficar a Pátria salva ou morrer pelo Brasil*”: nacionalismo, carisma e o Cisma Presbiteriano de 1903”. Dado ao crescimento dos evangélicos em nosso país indicado no último censo de 2010 como um crescimento de 61% em relação ao ano 2000 e a destacada representatividade política alcançada por eles, debruçar-se sobre suas características pode lançar luz sobre como desenvolveram e desenvolvem suas identidades e representações na sociedade brasileira.

¹ Trecho da poesia de um hino evangélico, de autoria de William Edwin Entzinger, missionário batista que chegou ao Brasil em 1891, tendo sido o maior hinógrafo entre os missionários depois de Salomão Ginzburg. Fonte: <http://crentebatista.wordpress.com/2010/04/22/william-edwin-entzinger/>, acesso em 18/06/2014. É uma expressão concreta do ideal de salvação da pátria assumido pelos evangélicos e que foi utilizado no contexto do Cisma Presbiteriano em 1903.

O trabalho missionário presbiteriano no Brasil teve início em 1859 com o pastor Ashbel Green Simonton. Nas décadas seguintes, dezenas de missionários foram enviados pelas denominações presbiterianas norte-americanas, igrejas foram organizadas em diversas localidades e pastores nacionais foram ordenados. As comunidades concentraram-se no Sudeste e Nordeste e foram organizados três Presbitérios, concílios presbiterianos de pastores e presbíteros que jurisdicionam determinado número de igrejas. Eram eles o Presbitério do Rio de Janeiro, o Presbitério Campinas-Oeste de Minas e o Presbitério de Pernambuco. Esses concílios organizaram em 1888 o Sínodo da Igreja Presbiteriana do Brasil, uma entidade eclesiástica que, em tese, seria autônoma com relação a Igreja mãe-norte americana. Nos anos seguintes, uma dissensão se desenvolveu culminando com o cisma que originou a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, apenas com pastores nacionais. O patriotismo foi o recurso argumentativo usado por esses ministros religiosos na defesa de uma igreja completamente autônoma das igrejas americanas.

1. O patriotismo como um *Estandarte* presbiteriano

A principal fonte utilizada no trabalho foi o periódico presbiteriano *O Estandarte* cujo editor era o pastor Eduardo Carlos Pereira, professor e escritor, autor de importantes obras linguísticas (Gramática Expositiva – curso superior e curso elementar; e Gramática Histórica). Pereira era o pastor da Igreja Presbiteriana de São Paulo, a segunda a ser organizada no Brasil. *O Estandarte* se tornou o principal veiculador do ideário presbiteriano de salvação sob uma tonalidade patriótica. Nos primeiros anos da República brasileira, políticos liberais e protestantes tinham propostas que se identificavam e houve uma aproximação que já se manifestava desde os tempos do Império. Criam que a sociedade precisava ser regenerada. Diferiam, no entanto, na forma de compreender a origem dessa necessidade. Para os protestantes, a convicção do mal causado pelo pecado determinaria a necessidade de regeneração – um novo nascimento individual – e seu efeito em cadeia permitiria ver a transformação da sociedade. Dois projetos diferentes surgiram entre os presbiterianos: um prezando pela implementação de uma cosmovisão cristã através da educação da elite, enfatizando a obra educacional, especialmente no emprego

de recursos no *Mackenzie College*, embrião da atual Universidade Presbiteriana Mackenzie. Esse foi o projeto encampado pelos missionários norte-americanos. A segunda proposta era a de empregar cada vez mais recursos no proselitismo direto, formando um clero nativo evangelizador. Esse projeto foi defendido por pastores presbiterianos brasileiros, reunidos em torno de Eduardo Carlos Pereira e que explicitaram suas ideias pelo periódico *O Estandarte*. Os articulistas se revezavam buscando demonstrar que o Deus cristão seria o responsável pela transformação da pátria na imagem dos sonhos dos verdadeiros patriotas. Usando linguagem ufanista, retomando símbolos e mitificando personagens, os pastores presbiterianos brasileiros fizeram-se valer dos ideais republicanos daquele momento de exaltação patriótica pós 15/11/1889 forjando o “patriotismo cristão”.

O periódico *O Estandarte* foi lançado no dia 07 de Janeiro de 1893. Com sede em São Paulo, era produzido na Tipografia da Sociedade Brasileira de Tratados Evangélicos. Seus primeiros e principais colaboradores foram pastores nacionais, recém-ordenados. Era fruto do chamado “Plano de Ação”, uma mobilização nacional que buscava implementar medidas que consolidassem o presbiterianismo brasileiro. Outros jornais presbiterianos também circulavam na época como *O Púlpito Evangélico*; *Imprensa Evangélica*; *O Presbiteriano*; *O Evangelista*. A *Revista de Missões Nacionais*, um jornal – apesar do título – fora criado pelo movimento das Missões Nacionais e era o órgão oficial do Sínodo. Assim como *O Estandarte* era impresso na tipografia da Sociedade Brasileira de Tratados Evangélicos. Com a criação do periódico de Eduardo Carlos Pereira e seus companheiros, passou a ser veiculado como um suplemento ou simplesmente junto àquele. Durante os anos de sua publicação junto a *O Estandarte* e enquanto Pereira fez parte da Comissão responsável por sua publicação, em vários artigos acompanhou os ideais desse grupo. Quando o acirramento das querelas encaminhava para a ruptura, o Sínodo determinou que o *Revista* fosse definitivamente desassociado do periódico de Pereira, limitando-se a prestação de informações sobre as Missões Nacionais e não mais entrando nos temas da disputa. Pelo menos, não até veicular as posições oficiais da denominação depois do Cisma consumir-se. Outro periódico presbiteriano surgiu no final da década de 1890, editado no Rio de Janeiro por Álvaro Reis, que tornou-

se opositor de Eduardo Pereira. Reis era pastor da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, a primeira igreja organizada no Brasil. O jornal foi chamado *O Puritano*.

2. O “Patriotismo Cristão” e a regeneração nacional

Logo no primeiro número de *O Estandarte*, de 07/01/1893 vê-se o tom patriótico difundido no decorrer do editorial. O discurso tem como instrumento argumentativo comparar a trajetória do presbiterianismo brasileiro à história política brasileira e fala em “erguer, em todas as camadas da sociedade (...) o espírito nacional esterilizado” (*O Estandarte*, 07/01/1893, p.1). O editorial pede espaço aos leitores “ao lado dos que lutam pela vitória dos bons princípios no espírito de *nosso povo*, vimos pedir lugar”. O discurso tem como instrumento argumentativo comparar a trajetória do presbiterianismo brasileiro à história política brasileira. Entende o período precedente como um “período formativo” chamando à luta aqueles a quem chama “bons patriotas”. Sua luta principal seria contra os males perniciosos de seu tempo, sob a égide do pensamento cristão calvinista, como se depreende do seguinte trecho:

Releva, nesta época de gestação, combater com tenaz perseverança, os predemoníó fatal de máus princípios sociaes, Moraes e religiosos: semeiar com mão profusa, sob este tríplice aspecto, as doutrinas evangelizadoras do espírito popular: erguer, em todas as camadas da sociedade, no alento de grandes esperanças, o espírito nacional esterilizado. Urge evocar os belos ideais do futuro, derramando sobre a nova geração [...] ao sol da descrença, o bapstismo regenerador de ideias sãs (*O Estandarte*, 07/01/1893, p.1.)

Essas ideias são chamadas por Nóbrega de “mito da regeneração nacional” (NÓBREGA, acesso em 31/01/2007). Para liberais e protestantes, a sociedade estava degradada e precisava de regeneração. Parte do motivo era a formação étnica da sociedade brasileira. Lemos em *O Estandarte*:

Rasgados os fundamentos de uma nova nacionalidade, é de momentosa importância excluir dos alicerces as pedras sedimentares formadas pelos detritos ethnicos de grandes males, cumpre, na diferenciação progressiva do typo nacional, apagar as linhas atávicas que nos deturpam (*O Estandarte*, 07/01/1893, p.1.)

O que seria o “typo nacional” na mentalidade protestante? Segundo Schwarcz (2012, p.36) violência e desordem eram associadas à mistura de diferentes culturas, concepção fomentada pela divulgação de modelos científicos ancorados nas teorias do

darwinismo social e higienismo que se propunham a apontar “as desvantagens da mistura e da miscigenação” (SCHWARCZ, 2012, p.36). O tipo nacional era, então, o brasileiro que era fruto da miscigenação. Assim, tudo o que fosse degradante das heranças dos povos formadores deveriam substituídos pelos valores cristãos nessa nova nacionalidade que surgia. Para os presbiterianos “vem dar maior intensidade às inspirações patrióticas a voz da religião”. O cumprimento do duplo dever, cívico e religioso, se daria “pela disseminação do Evangelho” pela “influencia santificadora da moral divina”, porque, segundo os editores, tentar tirar a ideia de Deus da mente do povo seria mais que roubar-lhe uma esperança, mas de lhe negar grandes ideais (O Estandarte, 07/01/1883, p.1).

O discurso jornalístico protestante é panfletário: todo o argumento em prol da nutrição de um amor à pátria e do vislumbre de sua regeneração gira em torno da adesão ao protestantismo, o promotor dos valores cristãos capazes de trazer o progresso. Para que se concretizasse uma nação moderna, era necessário que se tivesse uma religião moderna, ainda que “importada”, a religião que tem como modelo de nação os EUA.

3. Republicanismo e a imagem do “martírio” pela pátria

O Estandarte saudava o novel regime republicano institucionalizado pela Constituição de 1891, em um contexto histórico de recente e abrupta mudança de regime que ensejava a busca pela legitimação da República, ancorada em representações ou idealizações históricas forjadas em alto teor patriótico. Dreher percebeu a relação entre a causa republicana e os protestantes julgando não causar “admiração que o protestantismo de missão saudasse a proclamação da República” (DREHER IN: SIEPERSKI & GIL [org], 2007, p.57). Patriotismo e o republicanismo se entrelaçam nas páginas de *O Estandarte*. A busca pela legitimação se valeu de uma identidade nacional construída sobre representações históricas com interpretação direcionada, como as da Inconfidência Mineira, da Conjuração Baiana ou da Insurreição Pernambucana.

A dissensão presbiteriana se deu naqueles “tempos nervosos” (SCHWARCZ, 2005) em que se fez necessária uma estruturação racional, uma organização das ideias que fundamentam e justificam os regimes políticos (CARVALHO, 1990, p.9). Para que os projetos republicanos recebessem certo grau de aceitação e chancela popular travou-

se o que Carvalho chama de “batalha de símbolos e alegorias, parte integrante das batalhas ideológica e política” (1990, p.10). Fazia-se necessário penetrar no imaginário popular, identificá-lo com o novo sistema político, mesmo cria-lo novamente inserido nos valores da República, com o objetivo de legitimar o regime (CARVALHO, 1990, p.10).

Dois caminhos principais foram tomados: o da busca de um herói e o de reunir em torno da República os patriotas. De forma análoga, a legitimação das aspirações dos presbiterianos nacionais se valeu do mesmo recurso. Quanto ao herói, “quem aos poucos se revelou capaz de atender às exigências da mitificação foi Tiradentes” (CARVALHO, 1990, p.57), em uma junção das imagens de patriota com a de místico em uma única representação de mártir. A construção da imagem de Tiradentes como um símbolo do patriotismo e defensor da liberdade inculca a valorização do martírio, do heroísmo, do empenho pessoal de um “brasileiro” por uma causa justa, altruísta, que pensava no coletivo.

Os presbiterianos se mostraram receptivos a essa imagem. *O Estandarte* de 29 de Abril de 1893 traz em seu editorial de capa o artigo “21 de Abril”, invocando a imagem de Tiradentes como mártir republicano. Os editores afirmavam que ele havia selado “com o sacrifício de sua vida, a ideia de liberdade que lhe incendiara o cérebro, o imortal cidadão” (O Estandarte, 29/04/1893, p.1).

Para o grupo nacionalista que estava por detrás das publicações em *O Estandarte*, assim como Tiradentes, os presbiterianos deveriam se revestir de seus deveres para com a pátria, deveriam protestar por sua liberdade de decidir seus próprios rumos. Willaime, ao criticar Karl Marx que teria atribuído exageradamente uma função pacificadora ao cristianismo, percebeu nele “uma função contestadora, sua capacidade de veicular a revolta contra os poderes estabelecidos” (2012. p.18). O cristianismo, e nele o protestantismo, é capaz de manipular símbolos, construir identidades, representações que mobilizem os fiéis a contestação do *status quo*, da ordem legitimada. No caso específico do presbiterianismo brasileiro, falamos do questionamento da ingerência estrangeira sobre os negócios da igreja nacional. Os efeitos da ideologia patriótica são, mesmo que de forma polida ou também ácida e enfática em outros momentos, o de contestar, protestar contra a falta de autonomia do presbiterianismo nacional. Seu instrumento é conclamar os presbiterianos a contribuir. Sem recursos financeiros não há autonomia e eles sabem

disso. Mas, os nacionais esperavam dos americanos uma maior complacência com seus primeiros passos – ou seja, que não deixassem de enviar os recursos.

4. O “amor à pátria” como razão de compromisso com a denominação

A ideia de nação difundida no período de nosso recorte é amplamente discutida. Em muitos casos, origem étnica e a língua passaram ao status de critério central e até único para definição de nação ou nações em potencial. Também se verifica uma articulação de elementos como língua, religião e raça (CHAUI, 2000,p.16). Benedict Anderson entende sobre o termo nacionalismo que “não há nenhuma definição amplamente aceita. Ninguém foi capaz de mostrar de forma conclusiva sua modernidade ou antiguidade” (ANDERSON IN: BALAKRISHNAN (org.), 2000. p.7). Hobsbawm asseverou que as definições objetivas falharam e ainda falham diante das exceções as tentativas de impor elementos distintivos de categorização (HOBSBAWM, 1990, p.15). Não se pode, porém, desconsiderar que o termo “nação” tem privilegiadamente um sentido político (GUIMARÃES, 2008, p.145) e que é essencialmente fruto de uma construção, “uma comunidade política imaginada como intrinsecamente limitada e soberana” (ANDERSON, 1993, p.23). Seu surgimento não é espontâneo, mas um processo histórico (SHLOMO, 2011, p.79), mesmo que tal assertiva não se renda à tentação de maquiavelicamente atribuir sempre em sua origem más intenções (SHLOMO, 2011, p.82).

Em *O Estandarte*, os termos nação e nacionalismo, pátria e patriotismo e outros correlatos são usados muitas vezes como sinônimos, com destaque para retórica ou acentuação de ideias, como um recurso homilético, característico do discurso protestante falado ou escrito. Por questões de delimitação, nosso foco aqui recai sobre um aspecto prático do nacionalismo: o patriotismo, entendido como se referindo “às responsabilidades e aos privilégios decorrentes da cidadania” (APPIAH, 1998). Tanto quanto um bom cidadão amava a sua pátria, deveria se engajar pela evangelização e contribuição para que sua Igreja Presbiteriana brasileira se mantivesse firme em sua missão.

Para o novo regime político, as representações que serviram de esteio ao patriotismo se fizeram necessárias, diante da incapacidade da implantação do sistema republicano atender a todas as demandas dos diversos grupos que se uniram em torno de sua promoção. Havia se prometido mais do que se pode oferecer (CARVALHO, 1987, p.44-46). Na Igreja, os articulistas presbiterianos em seus jornais também propuseram seus “mártires” da evangelização buscando unir os crentes em torno da fidelidade e o amor à pátria. Porque assim como houve frustração com a falta de soluções imediatas das demandas sociais pelo sistema republicano, também houve frustração dos presbiterianos brasileiros quanto as suas demandas não foram atendidas ao se declararem uma denominação diferente das igrejas-mãe norte-americanas.

A autonomia no papel veio antes da autonomia de fato. A “independência” havia sido “proclamada” antes do tempo. O desligamento jurisdicional aconteceu antes do desligamento financeiro. É de se compreender que determinado estilo de gerência institucional, ideais mais próximos à realidade e ao contexto brasileiro fossem surgir de uma liderança nacional como consequência óbvia do desenvolvimento da denominação religiosa. Negar isso implicava em privar a própria liberdade política (ACTON IN: BALAKRISHNAN [org.], 2000. p.41). Para tanto, era necessário inspirar compromisso com a denominação. Como gerar essa responsabilidade? A saída encontrada foi o amor à pátria.

Os textos veiculados em *O Estandarte* – um periódico nacional, criado por nacionais, mantido por nacionais, escrito por nacionais – exaltam o sistema republicano como civilizado e a grande pátria brasileira como uma nação de futuro, cheia de grandeza potencial, personificada em recursos naturais e na sua gente. Os missionários norte-americanos vieram ao Brasil para “salvar” os brasileiros. Se gente de tão longe deixou sua terra, sua família, seu conforto, não seria a hora dos nacionais assumirem suas responsabilidades com seu próprio país? Os presbiterianos brasileiros não teriam amor por sua própria nação? Essas questões serviram de força motriz para a propaganda presbiteriana na transição do século XIX para o XX. Elas tocaram a sensibilidade do imaginário presbiteriano, fundamentadas em seu próprio livro sagrado que assim diz: “Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor” (Salmo 144, 15).

A causa dos presbiterianos nacionais não era somente e principalmente a salvação de seus compatriotas: era também e em peso maior do que a historiografia protestante se permitiu admitir a gestão eclesiástica, a decisão sobre os rumos da denominação em todos os níveis. Mas e o dinheiro, tão essencial ao funcionamento da estrutura institucional presbiteriana? Deveria vir dos próprios nacionais, defendiam os nativos. Se ainda não, generosamente ofertado pela Igreja-mãe.

As ideias de pátria, nação e identidade nacional foram importantes para o alvorecer da República tanto quanto para os presbiterianos em dissensão. Tratava-se de um forjar a identidade, de uma relação de justificativa. A liberdade política, entendida como autonomia administrativa, de governo, de gerência, está atrelada a esse entender-se como entidade diferente (ACTON IN: BALAKRISHNAN [org.], 2000. p.41). No que se refere ao Estado, isso se aplica à questão nacional, à identidade nacional. *Mutatis mutandis*, essa realidade se aplica às instituições religiosas implantadas por esforços estrangeiros, acentuadamente em nosso objeto de pesquisa, o presbiterianismo brasileiro. O processo de construção de identidade pela diferenciação, aliás, é característica do protestantismo.

5. Um novo jornal para uma nova igreja

Outro objetivo declarado do periódico *O Estandarte* foi o de substituir o jornal *Imprensa Evangélica*, o primeiro jornal evangélico da América Latina, fundado por Simonton, o pioneiro, e que fora subordinado aos americanos. *O Estandarte* era um empreendimento nacional. Uma das causas do fechamento *Imprensa Evangélica* esteve nas disputas entre missionários americanos e nacionais (SANTOS, 2009, p.131). Se não bastasse o encerramento da publicação do periódico, os americanos negaram aos brasileiros a utilização do título do jornal que se extinguiu (SANTOS, 2009, p.131 e LESSA, 2010, p.34). A nova publicação serviria de promotor da coesão dos presbiterianos nacionais. No final de um dos artigos da primeira edição de *O Estandarte* conclama-se: “alistemo-nos todos, sob esse estandarte que tremula victorioso no futuro da nossa extremada Igreja: offecerá paz aos que querem unir-se sinceramente à Igreja

Nacional, mas é um sinal de guerra aos que procuram impedir o seu progresso” – uma clara atitude nacionalista e que fazia frente à ingerência estrangeira.

No periódico gerido por Eduardo Carlos Pereira e outros ministros nacionais, os temas eram colocados como “luta de vida ou morte para a Igreja Nacional” e identificados como sendo um braço da própria causa do “Evangelho” (O Estandarte, 14/01/1883, p.1). Um dos editoriais se encerra dizendo “podemos cair e cair até o pó da terra, mas será de envolta com o nosso *Estandarte*, onde burilamos a trilogia – Deus, Pátria, Igreja Nacional” (O Estandarte, 14/01/1883, p.1).

Nas séries de artigos é notável a habilidade dos articulistas em usar o imaginário protestante, usando expressões como “evangelização pátria”, “ganhar a pátria para Cristo”, apelando para o sentimento de luta, de batalha, como num convite à peleja. Mendonça analisa esse caráter “guerreiro” do protestantismo, especialmente a partir de sua hinódia. Localizando a hinódia guerreira do protestantismo brasileiro nos últimos anos do século XIX e início do XX – justamente, pois, o período ora em análise – sugere que esses cânticos sacros representavam a convicção protestante de que atingiam o sucesso em sua missão ao mesmo tempo em que novos tempos surgiam sob a égide do sistema republicano (1984, p.244). O mesmo autor afirma que “o protestantismo guerreiro é uma espiritualização da guerra” em que “a polêmica foi uma expressão institucional do protestantismo brasileiro, responsável por uma mentalidade polêmica, por um espírito polêmico” (MENDONÇA, 1984, p.246).

Como afirma-se em certo artigo “está em prova o seu patriotismo evangélico, a sua dignidade chirstã, a liberalidade de seus corações, a grande de suas almas generosas” (O Estandarte, 04/02/1893, p.2). Uma série de textos intitulada “Evangelização Pátria” se mostrou uma peça laudatória ao trabalho dos primeiros missionários, na mais pura representação de vultos e personagens, em uma construção de valores que seriam herdados pelos nacionais, estes a quem caberia a árdua tarefa de continuar a evangelização pátria. Esse novo período coincidiria com o novo período político, o advento da República, “que rasgou novos horizontes à marcha triunfante do Evangelho em nosso paiz” (O Estandarte, 14/01/1883, p.1). O protestantismo, assim como a República, precisava de heróis. Os pioneiros eram estrangeiros. Os novos heróis, nacionais.

6. Novos heróis para um novo tempo: a necessidade de um seminário

Outro artigo de *O Estandarte* afirmava que “com o advento da República, desprende-se do oriente um novo dia para a nossa pátria. Conquanto nos achemos ainda em condições pouco favoráveis, o futuro já nos sorri, brilhante, riquíssimo de promessas, fecundo de esperanças” (O Estandarte, 21/01/1883, p.1). O espírito liberal republicano que, por meio da Constituição de 1891 havia separado Igreja e Estado, instituído o casamento civil e a secularização dos cemitérios, era para o autor a origem de “verdadeiras conquistas da liberdade e consciência” e o prelúdio da vitória evangélica (O Estandarte, 21/01/1883, p.1), entendendo, no entanto, que a real emancipação dos presbiterianos se daria pela formação de um “ministério nacional, numeroso, escolhido, valente, preparado” (O Estandarte, 21/01/1883, p.1). Consequência lógica de sua linha de raciocínio, artigo de 28/01/1893, defendia a rápida implantação de um Seminário.

O ensino teológico foi abordado desde o início de *O Estandarte*. Muitos ministros da denominação eram preparados por tutores a partir de programa definido pelo Presbitério, já que o seminário iniciado por Simonton havia se fechado após sua morte em 1867. Outros estudavam em uma classe teológica na Escola Americana (Mackenzie College). Um dos mais fortes anseios dos pastores nacionais era o estabelecimento de uma instituição que se dedicasse à formação de novos pastores e que estivesse sob o controle da Igreja Nacional. O Sínodo de 1888 havia determinado a abertura de um seminário ou que se reabrisse e se retomasse as atividades do extinto.

Na terceira parte de uma série de artigos intitulada “Evangelificação Pátria”, publicada no nº 4 de 28/01/1893, defendia-se a rápida implantação de um Seminário. Tratava-se de propaganda do Instituto Teológico que teria início em São Paulo. O autor, Remígio Cerqueira Leite, conhecia a estrutura de sua denominação e se justificava ao entrar na lide de um assunto tão discutido e falado mesmo sem ser membro do Sínodo ou mesmo de seu Presbitério, os concílios presbiterianos, que dentro da lógica do sistema são o foro “legítimo” dos debates e resoluções, do poder decisório dos destinos da Igreja Nacional.

Questões desta ordem, por isso mesmo que tem uma extensão vastíssima e assumem, desde logo, um caráter geral e complexo, não devem conservar-se

dentro da limitada esfera de restrictas corporações , mas devem também impor-se a consideração de todos os que, de facto, se interessam pelo progresso do Evangelho em sua pátria. (*O Estandarte*, 28/01/1883, p.1).

O autor maneja as palavras, manobra dentro de seu próprio sistema, faz uso da imprensa como instrumento de resistência à lógica da estrutura denominacional na qual ele mesmo está inserido (REBLIN, 2007, p.18), lógica que, até certo ponto, aceita tacitamente. No contexto imediato de sua posição, em que os concílios eram dominados pelos interesses dos missionários americanos, a afirmação pode ser interpretada como uma velada oposição a essa realidade. No entanto, soa como uma crítica a própria estrutura de que manuseia e mantém o poder restrito a determinados grupos, alijando da esfera de decisão outras lideranças que não são oficialmente legítimas. Remígio era membro da Igreja Presbiteriana de São Paulo, pastoreada por Eduardo Carlos Pereira. Ele surpreendentemente continua seus comentários:

Em taes circunstância, eu quizera significar, pela imprensa, a opinião do povo; do povo de nossas egrejas, que, comquanto tenha ali os seus representantes, infelizmente parece ter sido acostumado a acolher-se ao silêncio frio de lamentável indiferença, mas que, entranto, segundo entendo, também deve discturi, também deve ser ouvido, senão para orientar as opinões no congresso evangélico, pelo menos para mostrar que não é indiferente às medidas projetadas, que aguarda, ancioso, o resultado pratico de suas vivas e (?) discussão (*O Estandarte*, 28/01/1883, p.1).

O argumento para o estabelecimento do seminário era simples: faltam obreiros para tão “grandiosa” obra. A expansão presbiteriana no campo religioso brasileiro dependia da abertura de novas Igrejas em lugares ainda não alcançados. A década anterior havia se encerrado com a organização de 81 igrejas em 13 Estados da Federação. A denominação contava, à época, com cerca de 19 ministros nacionais ordenados. Ainda dependiam de recursos financeiros e recursos humanos estrangeiros. Cerqueira Leite afirma em artigo de *O Estandarte* que “para a sólida permanência do trabalho entre nós, torna-se indispensável que as nossas fileiras sejam reforçadas quanto antes, não por acaso, uma vez ou outra, mas de anno em anno, periodicamente. E isto não se conseguirá sem um seminário” (*O Estandarte*, 28/01/1883, p.2).

As resoluções do Sínodo de 1888 não deixavam dúvida. O primeiro relatório parcial da Comissão do Seminário recomendava: “como interesse da mais alta importância, que o Synodo estabeleça um seminário ou classe theologica o mais breve

possível, e que este seminário tenha não menos de dois professores” (Atas do Synodo da Igreja Presbiteriana do Brasil. 1888. p.16). Com irreal pretensão de ir contra interesses regionais, o segundo relatório da comissão tentou mostrar isenção partidária ao propor que, em se abrindo uma nova classe teológica, esta não se estabelecesse onde já existissem classes: São Paulo, Campinas e Recife. Os membros da comissão entendiam que se fosse nessas cidades, dando continuidade às classes já existentes, o seminário acabaria se tornando um posto avançado missionário, em que se uniria teoria e prática e que o isolamento faria com que a nova escola se desenvolvesse com mais liberdade. O local proposto foi Lorena, justificada a proposta pela importância da região e a acessibilidade de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro por estrada férrea. Entrando em imediata discussão e votação, por escrutínio secreto, foi escolhido o Rio de Janeiro (*Atas do Synodo da Igreja Presbiteriana do Brasil*. 1888. p.21-22).

Havia a esperança que a Escola Americana (Mackenzie College), que era sustentado pela Junta de Missões norte-americana, tivesse uma faculdade de Teologia. A resolução do Sínodo chocava-se de frente com os interesses da Igreja Presbiteriana dos EUA porque rejeitava a já existente classe teológica no Mackenzie e o professor americano enviado (Rev. Donald McLaren). Em 1891, o Sínodo recebia relatório justificando o não início das aulas e escolheu-se novo lugar, vencendo Campinas. Esperava-se começar as aulas em abril de 1892 o que não possível em função de um surto de febre-amarela naquela cidade. Assim, o seminário teve início em Nova Friburgo em 15/11/1892. Ferreira faz notória observação: “e São Paulo? Evidentemente a política do Sínodo não pendia pelo Mackenzie. Porque, se a febre amarela teve papel nessa estranha história, política eclesiástica também, e não pouco” (FERREIRA, 1959. vol.1, p.245).

Conduzir, controlar, dirigir, influenciar ou apoiar um seminário ou qualquer outra ação efetiva em torno de sua criação, estabelecimento e manutenção, significa ter ingerência ou influência sobre a formação daqueles que se tornarão parte do corpo de especialistas religiosos da estrutura presbiteriana e com assento nato no principal concílio presbiteriano, o Presbitério, que jurisdiciona as igrejas locais e se faz representar na assembleia magna da denominação, no período ora em análise, o Sínodo.

No mesmo mês em que as aulas começaram em Nova Friburgo, Remígio Cerqueira Leite escreveu seus artigos, que seriam publicados em *O Estandarte* no início

do ano de 1893, após a publicação do “Plano de Ação” em dezembro de 1892, na Revisão de Missões Nacionais, tendo como um dos objetivos a abertura de um Instituto Teológico em São Paulo – um curso diferente do que havia no Mackenzie.

O Instituto Teológico de São Paulo deu início às aulas em 13 de Fevereiro de 1893, paralelo ao Seminário oficial que funcionava em Nova Friburgo, e paralelo – ou, mais precisamente, em oposição– a classe teológica no Mackenzie. O principal motivo apresentados para que o Instituto Teológico se estabelecesse na cidade de São Paulo estava além dos apresentados no “Plano de Ação”: era uma questão estratégica na política eclesiástica. O objetivo era trazer o seminário para o principal foco nativista tornando possível a formação de ministros sob os ideais patrióticos, nacionais, de forma independente da figura dos missionários que ainda estavam em atuação no campo de jurisdição da Igreja Nacional. Tratava-se, naturalmente, de pender a balança das decisões conciliares para o lado nacional a médio prazo. Na Igreja Presbiteriana, os ministros, também chamados de “presbíteros docentes” são o corpo de oficiais detentores do saber religioso. Como expresso no termo “docente”, o ministro está não somente apto, mas autorizado a propagar e expressar sistematicamente a fé tal como entendida pela Igreja (DIAS,2012, p.89).

7. Considerações Finais

Outras questões se amalgamaram às expostas no presente trabalho e, mesmo com o Seminário se transferindo de Friburgo para São Paulo e se unindo ao Instituto Teológico, Eduardo Carlos Pereira e outros que o apoiavam saíram da denominação e organizaram a Igreja Presbiteriana Independente, em 1903.

Em sua trajetória inicial, desde sua fundação em 1893 até o Cisma Presbiteriano em 1903, e mesmo depois, *O Estandarte* se mostrou propagandista do grupo de pastores nacionais. A linguagem utilizada nem sempre tinha o tom de exaltação patriótica. Os articulistas também se faziam valer dos símbolos religiosos e as alegorias a partir dos textos sagrados, porém sempre com o objetivo de fomentar a autossustentação, a consolidação do presbiterianismo brasileiro e uma autogestão de seus próprios assuntos.

Na estrutura política eclesiástica presbiteriana, nas disputas internas desse campo religioso protestante calvinista brasileiro, o argumento patriótico, a identificação com os interesses pátrios e a defesa dos benefícios da evangelização à causa pátria de modernização, por meio da ordem e do progresso, se mostrou essencial ao grupo ainda submetido à ingerência e controle burocrático estrangeiro. Tal como indica Bourdieu, a religião possui um poder simbólico (2012, p.9). Houve no uso do patriotismo o manuseio de símbolos, sentimentos, ideias em torno da responsabilização dos nacionais pela emancipação. Bordieu demonstra que “as ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo” (2012, p.10). A denominação brasileira era independente em sua estrutura conciliar, mas não em sua estrutura financeira, determinante da política conciliar. O discurso patriótico teve por objetivo construir uma realidade nova no presbiterianismo brasileiro: o da autossustentação financeira.

O nacionalismo e o patriotismo tornaram-se uma demanda religiosa. Era necessária uma ideologia, uma causa, algo que fizesse os presbiterianos terem um senso de unidade, em meio a tão vasto território. O patriotismo aplicado ao esforço evangelístico visava mobilizar o povo presbiteriano a contribuir de diversas formas, especialmente financeiramente, para que a tão desejada autonomia da estrutura denominacional brasileira fosse alcançada.

No argumento do nacionalismo ou mais propriamente do patriotismo presbiteriano, a pátria precisava ser salva. E para isso, a Igreja precisava de homens dispostos a se sacrificar pela causa do Evangelho ainda que morressem pelo Brasil.

Referências

ACTON, Lorde. Nacionalidade. IN: BALAKRISHNAN, Gopal (org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*, México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ANDERSON, Benedict. Introdução. IN: BALAKRISHNAN, Gopal (org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

APPIAH, Kwame Anthony. Patriotas cosmopolitas. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 1998, vol.13, n° 36. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n36/36appiah.pdf>, acesso em 03/06/2014.

BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

DIAS, Agemir de Carvalho. *Sociologia da Religião*. Introdução às teorias sociológicas sobre o fenômeno religioso. São Paulo: Paulinas, 2012.

DREHER, Martin N. Protestantismos na América Merdional. IN: SIEPERSKI, Paulo D. & GIL, Benedito (org.). *Religião no Brasil*. Enfoques, dinâmicas e abordagens. São Paulo: Paulinas, 2007.

FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1959, vol. 1.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, nacionalismo, Estado. *Estudos Avançados*. São Paulo. vol.22, p.145-159. 2008.p.145.

LESSA, Vicente Themudo. *Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

NÓBREGA, Rodrigo. Mito da Regeneração Nacional: missionários protestantes, políticos liberais e a salvação do Brasil. *Revista Intellectus*. Ano 3, Vol. II, 2004. Disponível em: <http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano3n2/Texto%20de%20Rodrigo%20Nobrega.pdf>. Acesso em: 31/01/2007.

REBLIN, Iuri Andréas. Poder & Intrigas, uma novela teológica: considerações acerca das disputas de poder no campo religioso à luz do pensamento de Pierre Bordieu e de Rubem Alves. *Protestantismo em Revista*. Volume 14. Set-Dez de 2007.

SANTOS, Edwiges Rosa dos. *O Jornal Imprensa Evangélica*. São Paulo: Mackenzie, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Drama cívico entre bolachas e cafezinho. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, nº 5, edição eletrônica, Nov/2005. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/drama-civico-entre-bolachas-e-cafezinho>, acesso em 13/05/2014.

SHLOMO, Sand. *A invenção do povo judeu*. Da Bíblia ao Sionismo. São Paulo: Benvirá, 2011.

WILLAIME, Jean Paul. *Sociologia das Religiões*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.